

**VI CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS DE  
SERVIDOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO  
Nº 1/2022**



**Técnico Especializado – Engenheiro**

**Tarde**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



CONHECIMENTOS GERAIS

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Desumanidade**

Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por *Bucha*. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de *Kiev* é inominável. Quando as tropas russas abandonaram a região ao norte da capital ucraniana, deixaram evidências de crimes de guerra. E um rastro de dor e de horror que provocará traumas profundos na sociedade da ex-república soviética. As imagens que chegaram de *Bucha* causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade. Em *Bucha* e em localidades vizinhas, a Procuradoria-Geral da Ucrânia informou terem sido encontrados 410 civis mortos.

Guerras, por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica, precisam seguir regras de conduta. Uma delas é jamais atingir a população civil. Os alvos têm que se resumir aos objetivos militares. Recebi várias imagens de *Bucha*. Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente. O Tribunal Penal Internacional precisa investigar a matança e punir de forma exemplar todos os responsáveis pelas atrocidades, do mais baixo ao mais alto escalão militar e de poder. A comunidade internacional tem a obrigação moral de reforçar as sanções contra *Vladimir Putin* e sua autocracia.

Não se trata mais de *Putin* sentir-se ameaçado pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) rumo ao Leste da Europa. O que está em questão aqui é a existência de provas cabais de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. A guerra que muitos querem justificar como legítima está assassinando civis, que nada têm a ver com pretensões políticas ou militares de *Putin* e do presidente ucraniano, *Volodymyr Zelensky*. São pais, mães, filhos, executados a sangue frio e sem piedade.

O único legado da guerra de *Putin* será a dor. A Ucrânia precisará se reerguer das ruínas, e seus cidadãos terão que aprender a conviver com o luto e com o trauma. A Rússia será relegada ao status de pária, e seus líderes deverão prestar contas à Corte de *Haia*. Soldados russos conviverão com a pecha de assassinos e com as memórias de quando escolheram a desumanização. Minhas lágrimas por *Bucha*.

(Rodrigo Craveiro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/04/4998550-rodrigo-craveiro-desumanidade.html> – Em: julho de 2022.)

**01**

**É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:**

- A) O afastamento da comunidade internacional provoca o fortalecimento de ações de guerra em que civis são afetados.
- B) As reações aos fatos mencionados perpassam por uma trajetória temporal que vai do presente a uma projeção para o futuro.
- C) Embora haja regras seguidas no contexto apresentado, tal conduta não pôde minimizar os efeitos negativos inerentes às ações executadas.
- D) Os sentimentos provocados pelos horrores da guerra mencionados no texto demonstram, apesar de toda comoção, acomodamento como resultado de um sentimento de incapacidade.

**02**

**Em “Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.”(1º§) o uso da letra maiúscula pode ser indicado como:**

- A) Parcialmente correto.
- B) Completamente correto.
- C) Completamente incorreto.
- D) Facultativo em todas as ocorrências.

**03**

**De acordo com o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que:**

- A) Há um contraste entre as ações propostas pelos envolvidos no conflito e as ações por eles realizadas.
- B) São apresentadas propostas de intervenção para o assunto tratado, mas apenas um agente para sua realização.
- C) O autor é categórico em suas afirmações acerca das situações futuras envolvendo adversários em situação de conflito.
- D) A partir de uma sequência de possibilidades, o autor demonstra sua preocupação com a atual situação dos países envolvidos no cenário por ele retratado.

04

*“As imagens que chegaram de Bucha causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade.” (1º§)* Considerando-se as variadas características de tipos textuais diferentes, em relação ao trecho destacado anteriormente, pode-se afirmar que:

- A) O enunciador se concentra no tema do discurso.
- B) O enunciador designa no discurso, as variáveis do contexto verbal.
- C) Há relação de anterioridade e posterioridade entre os fatos relatados.
- D) A sequenciação da enunciação das imagens apresentadas não pode ser alterada.

05

A forma verbal *“poderia”* em *“Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.”(1º§)* representa um fato não concluído assim como ocorre com a forma verbal destacada em:

- A) Tu foste feliz em uma época distante.
- B) O diretor disse que renunciaria ao cargo ontem.
- C) Ele estivera naquela região, lembro-me perfeitamente.
- D) Amara tão intensamente que sua saúde ficou comprometida.

06

Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que:

- A) A variedade linguística aplicada caracteriza o emprego da linguagem técnica como estratégia para atrair a atenção do leitor.
- B) O grau de formalidade está relacionado ao conteúdo trazido ao texto, não podendo tal conteúdo ser referenciado de outra forma.
- C) Considerando o suporte textual empregado, a adequação quanto à linguagem faz referência ao uso da linguagem informal de forma predominante com objetivo de atrair o interlocutor.
- D) A linguagem padrão foi adequadamente empregada de acordo com o gênero textual apresentado, sendo essa uma de suas características quanto à estrutura linguística do gênero textual apresentado.

07

Estabelecendo-se uma relação entre o título atribuído ao texto e o título sugerido opcionalmente pelo próprio autor no início do texto, pode-se afirmar que:

- A) Demonstra que o assunto apresenta questões polêmicas e controversas.
- B) Tem como objetivo provocar o interlocutor quanto à relevância de tal escolha.
- C) Trata-se de uma estratégia argumentativa para sustentar a tese apresentada e defendida no texto.
- D) A aparente dúvida do autor quanto ao título textual tem sua justificativa apresentada no próprio texto.

08

As vírgulas que separam o segmento *“por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica”*:

- A) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
- B) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
- C) Foram empregadas em função de destacar o termo “Guerras”.
- D) Não são obrigatórias, neste caso, de acordo com a norma padrão da língua.

09

A respeito da expressão das intenções e pontos de vista do enunciador, pode-se afirmar que em *“Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente.” (2º§)* é possível reconhecer tal procedimento e sentido que expressa em relação ao exposto:

- A) Anterioridade e provocação.
- B) Ceticismo e obrigatoriedade.
- C) Possibilidade e temporalidade.
- D) Duplicidade, certeza e comprovação.

**10**

A frase com a qual o texto é finalizado: *“Minhas lágrimas por Bucha”* pode ser considerada uma reescrita que mantém a correção gramatical e o sentido original para a opção de título sugerido no início do texto? Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a pergunta anterior.

- A) Não, não há qualquer relação de sentido entre as estruturas linguísticas referidas no enunciado.
- B) Sim, o trecho destacado seria uma terceira opção para o título do texto já que se trata de uma reescrita da opção apresentada cujo sentido original está plenamente mantido.
- C) Não, apesar de haver uma relação em referência ao conteúdo, a finalização do texto tem sentido diferente do indicado no título sugerido quando torna o discurso pessoal, particular.
- D) Não, ainda que o conteúdo da frase final do texto esteja relacionado à sugestão do título apresentado na introdução, o título de um texto como o do gênero textual em análise não pode apresentar qualquer tipo de parcialidade.

## **ÉTICA E LEGISLAÇÃO**

**11**

O Ministério Público do Estado do Pará instaurou um processo administrativo “X”, com base em sua legislação ordinária específica, que prevê o mesmo regramento sobre prazos previsto na Lei Federal nº 9.784/99. Nesse sentido, é correto afirmar que no processo administrativo “X”:

- A) Um prazo de dois dias úteis publicado em uma sexta-feira vence na segunda-feira seguinte.
- B) Os prazos não admitem suspensão, salvo hipótese de requerimento conjunto de duas ou mais partes.
- C) Um prazo de um mês, publicado em 31.01.2022 (segunda-feira), venceu em 28.02.2022 (segunda-feira).
- D) Os prazos em anos contam-se em dias corridos, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

**12**

O Ministério Público do Estado do Pará promoveu um seminário para discutir Ética Pública, tendo o palestrante apresentado regras deontológicas do Decreto Federal nº 1.171/1994. Quanto às regras deontológicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O êxito do trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser considerado como seu maior patrimônio e como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que ele próprio é integrante da sociedade na condição de cidadão.
- B) Permitir a formação de longas filas, deixando qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que o servidor público exerce suas funções, caracteriza, não apenas, ato de desumanidade, mas especialmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- C) A moralidade, como princípio da Administração Pública, vai além da distinção entre o bem e o mal; por isso, deve ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse do cidadão. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade consolida a eficiência na prestação dos serviços públicos.
- D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, nesse sentido, se integra também na vida particular de cada agente público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão diminuir ou crescer o seu bom conceito na vida funcional.

**13**

No que tange à Lei nº 13.140/2005, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O mediador, no desempenho de sua função, poderá reunir-se com as partes em conjunto, vedado ouvi-las separadamente, ainda que para facilitar o entendimento entre aquelas.
- B) Para atuar como mediador judicial, é preciso deter capacidade civil e ser graduado, há pelo menos um ano, em curso de ensino superior em Direito, com capacitação em mediação.
- C) Qualquer pessoa capaz poderá atuar como mediador extrajudicial, se tiver a confiança das partes, independentemente de capacitação, desde que integre conselho, entidade de classe ou associação.
- D) Equipara-se a servidor público, para fins da legislação penal, tanto o mediador quanto as pessoas que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas.

**14**

**Um promotor de justiça do Estado Alfa propôs ação de improbidade administrativa em face de servidor público que praticou um ato omissivo decorrente de divergência interpretativa de lei, com base em jurisprudência do Tribunal de Contas daquele Estado. Nesse sentido, consideradas as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992, referida omissão, em tese:**

- A) Não configura ato de improbidade administrativa.
- B) Configura ato de improbidade se a jurisprudência for posteriormente superada.
- C) Caracteriza atentado ao princípio da legalidade e configura ato de improbidade administrativa.
- D) Representa conduta culposa, passível de configuração como ato de improbidade administrativa.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

**15**

**O Estado do Pará deve adotar medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra, com medidas específicas para combater o extermínio da juventude negra. Assim, nos termos da Lei nº 9.341/2021, sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social as seguintes fontes de financiamento, EXCETO:**

- A) Doações voluntárias de particulares.
- B) Transferências voluntárias da União.
- C) Doações de organizações não governamentais.
- D) Transferências voluntárias de outros estados e dos municípios.

**16**

**Por meio da Lei nº 9.341/2021, o Estado do Pará instituiu o Estatuto da Equidade Racial, estabelecendo direitos da população negra. Considerando as medidas previstas na referida norma, é correto afirmar que:**

- A) O Poder Público Estadual deve adotar medidas para inventariar, restaurar e proteger os sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas.
- B) Uma das diretrizes expressas da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra determina o fortalecimento de programas voltados ao atendimento de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal – AME.
- C) Um dos objetivos da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra é o atendimento ambulatorial, odontológico, nutricional e hospitalar específico, prestado diretamente nas comunidades quilombolas remanescentes.
- D) Uma das estratégias para o fomento ao pleno acesso da população negra às práticas desportivas é o reconhecimento da atividade capoeirista como modalidade de luta esportiva e não mais de manifestação de dança e música.

**17**

**No que tange ao regimento vigente sobre concursos públicos, previsto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, conforme Lei nº 5.810/1994, assinale a afirmativa correta.**

- A) A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
- B) As provas serão avaliadas na escala de zero a cem pontos e, aos títulos, quando afins, serão atribuídos dez pontos, no máximo.
- C) Os candidatos regularmente inscritos deverão comprovar, no ato da inscrição no concurso público, os requisitos previstos no edital.
- D) Os concursos terão a validade de dois anos, a contar da publicação da classificação final, prorrogável expressamente uma única vez por igual período.

**18**

**Em relação ao exercício do cargo público, nos termos da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.**

- A) O servidor empossado, que não entrar em exercício no prazo previsto na Lei, será demitido do cargo público.
- B) O servidor preso em flagrante ou pronunciado por crime comum somente será afastado do exercício do cargo após a sentença final transitada em julgado.
- C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de quinze dias, contados da data da posse, no caso de nomeação, e nos demais casos, da data da publicação oficial do ato.
- D) O servidor poderá ausentar-se do Estado, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, mediante prévia autorização do Governador do Estado.

**19**

**Sobre as formas de provimento derivado e movimentação de pessoal, nos moldes da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.**

- A) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, a pedido ou *ex-officio*.
- B) O ato de reintegração será expedido no prazo máximo de sessenta dias do pedido, reportando-se sempre à sentença judicial transitada em julgado ou à decisão administrativa definitiva.
- C) A promoção é a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento-base, em cargo de maior escolaridade, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- D) O retorno à atividade de servidor aposentado por incapacidade permanente, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se reversão e prescinde de a aposentadoria ter ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação.

**20**

**Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça, está correto o que se afirma em:**

- A) Sendo a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça rejeitada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, os autos do processo respectivo serão encaminhados para a decisão final do Conselho Superior do Ministério Público.
- B) Contados do recebimento da notificação da proposta de destituição, o Procurador-Geral de Justiça poderá oferecer contestação e requerer produção de provas, indicando testemunhas ou apresentando documentos no prazo de vinte dias.
- C) Se o Conselho Superior do Ministério Público reprovar a destituição do Procurador-Geral de Justiça, este reassumirá imediatamente o cargo e, na hipótese de aprovação, o Subprocurador-Geral de Justiça assumirá imediatamente as atribuições do destituído.
- D) A destituição do Procurador-Geral de Justiça, assegurada ampla defesa e contraditório, será proposta em petição escrita e devidamente instruída com provas dos fatos, por iniciativa da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça, e dependerá da aprovação de dois terços de seus integrantes, mediante voto secreto.

**21**

**Em relação ao planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, nos moldes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.**

- A) O Plano Geral de Atuação (PGA) e o Plano Plurianual (PPA) do Ministério Público serão aprovados pelo Procurador-Geral de Justiça e elaborados com a participação efetiva dos representantes dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- B) São instrumentos do planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público (PGA-MP/PA), o Plano Plurianual do Ministério Público (PPA-MP/PA), além de outros instrumentos previstos em lei ou em ato normativo.
- C) Os Programas ou Planos de Atuação (PA) aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, visarão atender situações emergenciais relacionadas com as funções institucionais ou áreas de atuação do Ministério Público e dependerão de suas disponibilidades orçamentária e financeira.
- D) Os Programas e Projetos Especiais (PE) das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça especificarão as providências judiciais e extrajudiciais necessárias ao desempenho das atribuições dos seus órgãos de execução, a forma da participação dos demais órgãos do Ministério Público neles envolvidos e os meios, recursos e controle para as suas execuções.

**22**

**Considerando a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto aos direitos, garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa correta.**

- A) Não será concedida ajuda de custo ao membro do Ministério Público por ocasião da investidura no cargo inicial da carreira.
- B) O subsídio mensal dos membros do Ministério Público será fixado e reajustado pela Assembleia Legislativa, mediante lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Os membros do Ministério Público são remunerados exclusivamente por subsídio mensal, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer adicionais e indenizações.
- D) Serão concedidas diárias para viagem, passagem ou indenização de transporte quando o deslocamento do membro do Ministério Público constituir exigência permanente do cargo.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**23**

**A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.**

- I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
- IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

**Após análise dos itens, conclui-se que**

- A) uma assertiva está correta.
- B) três assertivas estão corretas.
- C) duas assertivas estão corretas.
- D) nenhuma assertiva está correta.

**24**

**Ramirez, de nacionalidade mexicana, reside em Redenção, no Estado do Pará, há trinta anos ininterruptos e não possui condenação penal. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.**

- A) Ramirez, na condição de estrangeiro, é titular de um direito fundamental específico que não se aplica a brasileiros.
- B) Ramirez adquiriu a nacionalidade brasileira derivada para todos os fins legais, independentemente de pedido, após completar quinze anos ininterruptos de residência no país.
- C) Caso venha a adquirir a nacionalidade brasileira, Ramirez poderá perdê-la caso, sem licença do Presidente da República, aceite comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro.
- D) Após sua naturalização especial, Ramirez poderá vir a perder a nacionalidade brasileira somente se, por sentença judicial, tiver cancelada sua naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

**25**

**Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.**

- A) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.
- B) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.
- C) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.
- D) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.

**26**

O Brasil pode ganhar um novo estado. Um projeto de criação de Tapajós, que se tornaria a 28ª unidade federativa do país, está em tramitação no Senado. O processo é complexo e passa por várias instituições políticas. De acordo com o projeto, se o Tapajós for criado, ele terá Santarém como sua provável capital e 43,15% do atual território do Estado do Pará.

*(Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/11/18/estado-de-tapajos-entenda-o-processo-de-criacao-e-o-plebiscito.ghtml>. Adaptado. Acesso em: 25/06/2022.)*

**A respeito da criação de novos estados e seu tratamento na Constituição da República Federativa de 1988, assinale a afirmativa correta.**

- A) Pressupõe a existência de Lei complementar da União estabelecendo período possível para criação de novos Estados.
- B) Tem, dentre seus requisitos, a necessidade de divulgação de Estudos de Viabilidade Estadual e a edição de Lei estadual.
- C) A cisão ou subdivisão de um estado acarreta a perda de parte de sua população e de seu território, não havendo perda da personalidade jurídica do ente primitivo.
- D) Depende de aprovação da população diretamente interessada, assim entendida como a população tanto da área a ser desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente.

**27**

**Ao revisar nota técnica elaborada por um colega, determinado analista do Ministério Público do Pará se deparou com a transcrição de algumas atribuições de órgãos/entidades previstos constitucionalmente; analise-as.**

- I. Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- II. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- III. Elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

**A associação correta que deve ser realizada pelo servidor acerca das atribuições mencionadas é**

- A) I. Ministério Público II. Defensoria Pública III. Conselho Nacional de Justiça
- B) I. Supremo Tribunal Federal II. Defensoria Pública III. Conselho Nacional de Justiça
- C) I. Conselho Nacional de Justiça II. Conselho Nacional do Ministério Público III. Ministério Público
- D) I. Conselho Nacional do Ministério Público II. Ministério Público III. Conselho Nacional de Justiça

**28**

**Segundo o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes, as emendas constitucionais são espécies normativas primárias que são produzidas mediante procedimento e quórum especial, e que, uma vez aprovadas, agregam ao texto constitucional (ou seja, viram norma constitucional com o mesmo status de qualquer outra). Acerca do processo legislativo das emendas constitucionais, assinale a afirmativa correta.**

- A) A Constituição contém clara vedação à aprovação de emenda na vigência de intervenção federal, mas não proíbe expressamente a tramitação de uma proposta de emenda constitucional no mesmo período.
- B) Se as Assembleias Legislativas das unidades da Federação de pelo menos cinco estados manifestarem-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, é possível o exercício da iniciativa de uma proposta de emenda constitucional.
- C) A Constituição de 1988, desde sua promulgação, previu que o quórum de votação das emendas constitucionais também se prestaria para a incorporação, com mesmo grau hierárquico, dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.
- D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada se sujeita ao regime da irrepetibilidade relativa, pois pode ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante provocação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

**29**

**Ao Presidente da República, dentre outros papéis no processo legislativo federal, cabe a manifestação, em momento oportuno, acerca de sua aquiescência (sanção) ou discordância (veto) sobre o projeto ou medida em discussão. Especificamente com relação a esse assunto, assinale a afirmativa correta.**

- A) A participação do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo das emendas constitucionais não inclui a possibilidade de sanção ou veto.
- B) A medida provisória publicada e integralmente aprovada sem alterações pelo Congresso Nacional deve ser encaminhada ao Presidente da República para sua sanção ou veto.
- C) A ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de Lei, tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade, quando dele seja a prerrogativa usurpada.
- D) O ordenamento jurídico brasileiro admite a chamada sanção tácita pelo Presidente da República, como ocorre, a título de exemplo, no caso de medida provisória não apreciada dentro do prazo previsto na Constituição da República.

**30**

**No que concerne ao regime de responsabilidades do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.**

- A) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a aprovação de sua denúncia pela Câmara dos Deputados.
- B) São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.
- C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) Quando do processamento e julgamento do Presidente da República por crimes de responsabilidade, funcionará como Presidente o do Congresso Nacional, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

**31**

Nos termos da Carta Magna de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Dentre as formas de participação do povo na condução de assuntos relevantes para a sociedade, NÃO é uma hipótese prevista constitucionalmente a:

- A) Iniciativa de projetos de lei.
- B) Iniciativa de proposta de emenda constitucional.
- C) Manifestação durante o processo de criação de novos Municípios.
- D) Manifestação durante o processo de criação de novos Estados-membros.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**32**

Determinar, na Ciência Jurídica, o que é o Direito Administrativo, tem sido tarefa dos doutrinadores. Sobre o conceito de Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ramo do Direito Público que estuda princípios e regras reguladores do exercício da função administrativa.
- II. Ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- III. Ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo “Estado *versus* contribuinte”, na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.
- IV. Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Nos termos doutrina pátria, são conceitos possíveis para o Direito Administrativo, apenas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

**33**

Maria, servidora pública recém concursada do MPPA, inicia o exercício do cargo, estando em dúvida sobre o estágio probatório e suas consequências. Considerando o caso hipotético, nos termos do disposto na Constituição Federal e na legislação do Estado do Pará, Maria deverá cumprir estágio probatório:

- A) De dois anos, após os quais adquirirá vitaliciedade, só podendo perder o cargo após sentença judicial transitada em julgado.
- B) Por três anos de efetivo serviço, findo os quais adquirirá vitaliciedade, não sendo condição para isso, que seja realizada avaliação especial de desempenho.
- C) De três anos, após os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, aprovação em avaliação especial de desempenho.
- D) Por dois anos de efetivo serviço, findo os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, que seja realizada avaliação especial de desempenho.

**34**

Sobre os Princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa que NÃO encontra amparo na doutrina pátria.

- A) A Constituição Federal traz os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sendo estes os únicos princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Lei Maior.
- B) No Direito Administrativo brasileiro, alguns autores defendem que a Supremacia do Interesse Público sobre o interesse privado e a Indisponibilidade do Interesse Público são considerados supraprincípios ou superprincípios.
- C) Ofende tanto o princípio da Moralidade quanto o da Impessoalidade, a nomeação de parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante, por usa influência, para exercício de cargo em comissão na Administração Pública.
- D) A lei que regula o processo administrativo federal, define Razoabilidade e Proporcionalidade como a “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”.

**35**

**O estudo da organização administrativa pressupõe institutos como a (des)centralização, a (des)concentração, a Administração direta e indireta; as entidades paraestatais e terceiro setor. De acordo com a legislação aplicada ao caso, sobre as Organizações Sociais (OS), componentes do Terceiro Setor, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Podem ser qualificadas como OS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam de interesse público, tais como ensino e pesquisa científica, desde que cumpram os requisitos previstos na lei da espécie, por ato discricionário de autoridade pública.
- II. Aos Estados e Municípios é vedado qualificar entidades sem fins lucrativos como OS, ainda que visando maior flexibilização administrativa.
- III. A parceria entre a OS e a Administração Pública concedente da qualificação se dará através da realização contrato de gestão para fomento e execução de suas atividades.
- IV. Às OS poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo ainda possível cessão especial de servidor.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

**36**

**A Responsabilidade do Estado evoluiu da inicial irresponsabilidade estatal (*The King can do no wrong*) para a atual responsabilidade objetiva do Estado. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre a Responsabilidade do Estado, analise as afirmativas a seguir.**

- I. No Brasil, aplica-se a Teoria do Risco Integral nos casos de danos ambientais, danos nucleares e para atentados terroristas em aeronaves de qualquer nacionalidade, se ocorridos no Brasil.
- II. Caso uma pessoa, por vontade própria, provoque dano a si mesma, envolvendo no fato a Administração Pública, será aplicada a Teoria do Risco Administrativo, que permite excludentes de ilicitude, a exemplo de culpa exclusiva da vítima.
- III. O prazo para terceiros ingressarem em juízo com as ações de responsabilização extracontratual do Estado, em regra, será de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**37**

**Licitação é o procedimento prévio à realização de contratos administrativos e visa assegurar o interesse público. De acordo com as legislações vigentes, sobre Licitações, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Atualmente, tanto a Lei nº 14.133/2021, quanto a Lei nº 8.666/1993 estão em vigor no país. Mesmo com a publicação e vigor da primeira, a segunda continua podendo ser utilizada em procedimentos licitatórios até abril de 2023.
- II. Quando da realização de procedimento licitatório, o poder público poderá combinar a aplicação das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, devendo, no edital, no aviso ou no instrumento de contratação direta, informar expressamente que está procedendo deste modo.
- III. Uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 foi a modalidade de licitação chamada de Diálogo Competitivo. Nela a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final, após o encerramento dos diálogos.
- IV. As modalidades licitatórias Convite e Tomada de Preço, dispostas na Lei nº 8.666/1993, não são tratadas na Lei nº 14.133/2021.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

38

**Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência dominantes no Brasil, sobre Controle Administrativo, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O Mandado de Segurança, o *Habeas corpus*, a Ação Popular, o Mandado de Injunção, o *Habeas data* e a Ação Civil Pública são importantes instrumentos de controle judicial da Administração Pública.
- II. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são importantes instrumentos de controle político realizado pelo Poder Legislativo.
- III. O controle hierárquico é importante instrumento de controle administrativo exercido internamente no âmbito da própria Administração.
- IV. Os Tribunais de Conta são importantes ferramentas de controle administrativo auxiliares do Poder Legislativo. No âmbito dos Municípios, tem-se a presença do Tribunal de Contas Municipais, criado apenas nos municípios que atinjam o contingente populacional de dois milhões de habitantes.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

39

**Ato administrativo, na concepção de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “é declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário” (DI PIETRO: 2022). De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre ato administrativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) A Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo federal, dispõe que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- ( ) Presunção de Legitimidade e Autoexecutoriedade são alguns dos atributos dos atos administrativos.
- ( ) De acordo com parte da doutrina, são requisitos de validade dos atos administrativos: competência, forma, finalidade, motivo, e objeto.
- ( ) A convalidação de ato administrativo é uma forma de suprir defeitos leves, como a competência e o motivo do ato, por meio de um segundo ato chamado ato convalidatório, tendo em vista a preservação de sua eficácia.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, F, F, V.

40

**Para o exercício de sua missão, a Administração Pública tem, atribuídas pelas normas jurídicas, certas prerrogativas que constituem poderes-deveres para a realização do interesse público. Analise as situações hipotéticas, considerando o poder da Administração Pública a elas relacionado.**

- I. Quando um fiscal da Prefeitura de determinado Município vai a uma obra exigindo a apresentação de alvará de construção e, caso não exista, embarga a obra, estar-se-á diante do poder de polícia.
- II. Quando determinada Lei pede análise de elementos como intenção, grau de instrução, conhecimento técnico, para determinar que, diante do caso concreto o agente – baseado em critérios de oportunidade e conveniência – aplique advertência, multa pecuniária ou apreensão de bem, estaremos diante do poder vinculado.
- III. Apurado o cometimento de uma ilegalidade, determinado servidor público foi suspenso de suas atividades por trinta dias. A imposição de sanção ao servidor público é ligada ao poder disciplinar.
- IV. Quando um servidor público efetivo atinge setenta e cinco anos e é aposentado compulsoriamente, nos termos da Lei, estar-se-á diante do poder vinculado.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

41

Observando os critérios para elaboração dos projetos executivos, projetos básicos e anteprojetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Anteprojeto: consiste na representação técnica de opção aprovada pela Administração para utilização em licitações menos complexas em empreitada por preço unitário, determinando o padrão de acabamento e o custo médio real.
- II. Projeto básico: deve ser elaborado anteriormente à licitação e possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das Licitações, sendo um deles: possuir os elementos necessários e suficientes para definir e caracterizar o objeto, podendo ser utilizados em licitações menos complexas em empreitada por preço unitário.
- III. Projeto executivo: apresentará todos os elementos necessários à realização do empreendimento com nível máximo de detalhamento de todas as suas etapas, podendo ser utilizados em licitações em empreitada por preço unitário.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

42

Dentro da disciplina técnica que trata das avaliações de custos, há temas fundamentais como: levantamento dos serviços e quantitativos; referências orçamentárias; composições de preço unitário; cálculo do benefício de despesas indiretas; e, cálculo dos encargos sociais. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) O Benefício de Despesas Indiretas (BDI) foi objeto de estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) em que especificou para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamento relevantes os percentuais admitidos e suas referidas taxas, Acórdão nº 2622/2013.
- B) O Decreto Federal nº 7.983/2013, que trata da elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, determina que os estados e municípios elaborem suas respectivas composições de custo unitário para utilização integral em suas planilhas orçamentárias elaboradas.
- C) Sendo fundamental para demonstrar o equilíbrio e a exequibilidade dos orçamentos de obras e serviços, a planilha de cálculo dos encargos sociais sobre a mão de obra deve ser composta fundamentalmente pelo INSS, FGTS e também pelo lucro corporativo, pois é fundamental para a garantia do pagamento de taxas obrigatórias.
- D) Observando as necessidades para desenvolvimento de um orçamento-base de uma licitação que tem por objetivo servir de paradigma para a Administração fixar critérios de aceitabilidade de preços – total e unitários – no edital, conforme recomendação do TCU, de acordo com o Caderno de Obras Públicas, não há necessidade de se realizar levantamentos de quantidades, apenas os serviços.

43

De acordo com a nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/21, o dano provocado ao patrimônio da Administração caracterizado por medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas e por preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado são definidos, respectivamente, por:

- A) Superfaturamento e ilicitude.
- B) Sobrepreço e dano ao erário.
- C) Sobrepreço e superfaturamento.
- D) Superfaturamento e sobrepreço.

44

A primeira das duas etapas, em que consiste a elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômico-ambiental de rodovia, é a fase preliminar em que se define sobre todo o estudo socioeconômico do empreendimento. Além de tal estudo, são necessários outros de igual importância na fase preliminar. NÃO corresponde a tal fase:

- A) Estudo de tráfego.
- B) Estudo de traçado.
- C) Diagnóstico preliminar ambiental.
- D) Custo da infraestrutura operacional da rodovia.

45

“Fora noticiado no plantão de notícias da rádio local que dois grupos criminosos se rebelaram e causaram um grande conflito em uma determinada penitenciária na região metropolitana da capital do estado de São Paulo. No final do enfrentamento, foram apurados os danos causados, sendo um deles a destruição próxima da totalidade do muro de contenção, àquele que dá acesso às ruas da cidade. Com o perigo iminente de os detentos fugirem, colocando em risco a segurança pública, a Administração responsável pela penitenciária poderá, com fundamento neste grave e urgente risco, de acordo com a Lei 8.666/1993, contratar através de procedimento de \_\_\_\_\_ para determinada empresa reformar o muro.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) tomada de preço
- B) dispensa de licitação
- C) concorrência pública
- D) inexigibilidade de licitação

46

A capital do estado Beta, através da Secretaria Municipal de Agricultura, apresenta grande dificuldade em fazer a administração de todo o serviço que engloba a manutenção de estradas rurais; este órgão precisa de um sistema de gestão que contenha todas as informações necessárias em apenas uma plataforma digital como, por exemplo, quais maquinários estão operando, o local exato em que estão presentes, quais os funcionários que estão manuseando-os, qual o dia e horário do uso destes, se há, também, a necessidade deste Sistema dispor sobre os gastos de combustível de cada maquinário, qual procedimento licitatório fora utilizado para contratar o uso das máquinas, qual a vigência contratual e, por fim, qual o quantitativo remanescente do contrato. O objetivo da Administração é findar a problemática de estradas esburacadas, falta de acesso em tempos de chuva e, ainda, cessar a possibilidade de servidores prestarem serviços para particulares com recursos públicos. Diante disso, não há dúvidas de que é importante a realização de procedimento de contratação de uma plataforma de gestão que atenda por completo o órgão público. Todavia, a Administração tem outra grande problemática: não sabe como definir o objeto a ser licitado, não sabe formular as especificações técnicas da plataforma a ser adquirida. À vista disso, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a melhor modalidade para realizar o procedimento de licitação será:

- A) Concorrência pública, cujo critério de julgamento seja melhor técnica, isto é, com base em todas as exigências definidas no edital para sanar a problemática ganha aquele licitante que apresentar a melhor técnica.
- B) Diálogo competitivo, visto ser a única modalidade capaz de dar a oportunidade do poder público dialogar com licitantes pré-selecionados para identificar as soluções com intuito de melhor diagnosticar a problemática.
- C) Pregão eletrônico, tendo em vista ser a modalidade que tem a maior possibilidade de obter competitividade, pois o procedimento é executado de forma online, abrangendo um maior número de licitantes a atenderem as exigências técnicas.
- D) Concorrência pública, cujo critério de julgamento seja técnica e preço, ganha aquele que apresentar a melhor técnica a resolver a problemática apresentada pela Administração, além de ter o melhor desconto apresentado entre as licitantes.

47

Dr. Antônio, advogado, sonhava em ser empresário. Seu objetivo era montar uma fábrica de *jeans*, fazendo nas peças tingimento, estamparia e outros acabamentos. Antônio, conhecedor da legislação ambiental vigente do País, sabia que para abrir um empreendimento nesses moldes deveria obter um prévio licenciamento do órgão ambiental competente e, por isso, apresentou toda a documentação necessária para a abertura do procedimento, sob pena de infringir o Art. 2º, parágrafo primeiro da Resolução nº 237/1997, que menciona que estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas à indústria têxtil (Anexo 1 da Resolução). O Órgão apresentara algumas solicitações de esclarecimento, sendo Dr. Antônio devidamente notificado. Porém, devido a grande demanda no escritório de advocacia de Dr. Antônio, este não conseguira apresentar os esclarecimentos no prazo de quatro meses, e também não solicitara dilação do prazo; com isso, fora sujeitado ao arquivamento do pedido de licenciamento. Diante disso, o Advogado:

- A) Teve o direito de licenciamento ambiental precluso, com fundamento na ausência de realização de atos processuais em momento oportuno.
- B) Deverá apresentar um novo requerimento de licença, devendo obedecer às etapas do procedimento de licenciamento ambiental, mediante novo pagamento de custo de análise.
- C) Tem o direito a dar continuidade ao procedimento na forma em que estava, isto é, apenas apresentar as respostas solicitadas pelo Órgão e aguardar os próximos trâmites, com fundamento no princípio da economicidade processual.
- D) Deverá apresentar novo requerimento de licença, devendo obedecer às etapas do procedimento de licenciamento ambiental, não tendo a necessidade de novo pagamento de custo de análise, tendo em vista já ter sido pago em outra oportunidade.

**48**

A Constituição da República Federativa do Brasil deixa expresso que a Administração Pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes, seja da União, Estados e Municípios deve contratar obras, serviços, compras e alienações através de procedimentos de licitação. A União, através do Ministério do Turismo, com intuito de contratar uma empresa especializada para reforma de uma determinada orla, formulou uma fase preparatória de licitação com o intuito de contratar este objeto; na instrução processual foram juntados todos os documentos necessários para a realização do certame, inclusive o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, sendo tais valores definidos através dos itens elencados a seguir, assim, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações, analise as assertivas, independente da ordem de utilização dos parâmetros anteriormente citados.

- I. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAP).
- II. Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que tenham data e o horário acessado.
- III. Pesquisa com três possíveis fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, não havendo necessidade de apresentação de justificativa da escolha desses fornecedores.
- IV. Contratações similares realizadas pela Administração Pública, podendo ser em execução ou concluídas no período de um ano precedente à data da pesquisa de preços, sendo observado o índice de atualização de preços correspondente.
- V. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) III e V, apenas.
- C) I, II, III e IV, apenas.
- D) I, II, IV e V, apenas.

**49**

Município Beta, com o objetivo de assentar quatorze mata-burros de madeira em estradas vicinais, instaurou processo de licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003/2020. No edital de convocação, foram exigidos documentos de qualificação técnica, dentre eles, destacam-se: (1) prova de regularidade na entidade profissional competente, qual seja, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da pessoa jurídica participante e da pessoa física responsável pela licitante; (2) capacitação técnico-operacional emitida por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, demonstrando aptidão para desempenho de atividades pertinentes com o objeto licitado da pessoa jurídica participante e, ainda, observando o quantitativo mínimo de vinte implantações de mata-burros, sendo este atestado registrado ou averbado junto ao CREA. A Construtora Alpha Beta e Ômega Ltda., certa da ilegalidade cometida diante de tais exigências, impugnou o edital; não tendo sido acatado seu pedido de exclusão destas exigências. A Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento ao certame, realizando a sessão no horário e dia estipulado, comparecendo apenas uma empresa interessada, ficando considerada habilitada e classificada na fase de análise da proposta. Finda a sessão, os autos foram remetidos para Assessoria Jurídica lavrar o parecer jurídico dos atos praticados. Porém, analisando o processo, concluiu-se que o edital estava restringindo a participação de várias outras construtoras, por exigir qualificação técnica de forma irregular. Diante disso, o parecerista, atendendo à Lei de Licitações nº 8.666/1993, lavrou parecer opinando pela:

- A) Anulação, sem direito de indenização, por conter atos eivados de ilegalidade.
- B) Anulação, com direito de indenização, por conter atos eivados de ilegalidade.
- C) Revogação, sem direito de indenização, por conter atos eivados de ilegalidade.
- D) Revogação, sem direito de indenização, por conter atos que não sejam mais convenientes e oportunos ao interesse público.

**50**

De acordo com a Nova Lei de Licitações (NLL), é possível a prorrogação contratual sucessivamente de serviços e fornecimentos contínuos, desde que:

- I. Respeitada a vigência não superior a dez anos.
- II. Deve haver previsão da possibilidade no instrumento convocatório.
- III. Autoridade competente ateste as condições e que os preços permanecem vantajosos.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

**51**

**Considerando a nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, as obras e serviços de engenharia devam respeitar, especialmente:**

- I. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.
- II. Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental.
- III. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.
- IV. Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística.
- V. Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.
- VI. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV, V e VI.
- B) II, III e V, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, V e VI, apenas.

**52**

**A cidade Delta em tempos atuais, decidiu por contratar empresa de engenharia para a realização de obras de canalização no município. Após a conclusão dos projetos foi iniciada a fase de elaboração do orçamento em julho do mesmo ano. Finalizando a fase interna do processo licitatório, iniciou-se a fase externa e que, após a realização de todos os procedimentos legais, recebeu as propostas de preço das empresas participantes da concorrência pública no mês de novembro do mesmo ano. Após análises e, por fim, a adjudicação, a obra foi iniciada em dezembro do mesmo ano com prazo estimado para sua conclusão de vinte e quatro meses. Diante dessas informações, assinale a alternativa que apresenta procedimento ilegal.**

- A) De acordo com a Lei e Licitações, Lei nº 8666/1993, o critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, poderá observar a data da apresentação da proposta.
- B) De acordo com a Lei e Licitações, Lei nº 8666/1993, o critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, poderá observar a data do orçamento a que essa proposta se referir.
- C) Observando momentos atuais em um cenário pós-pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia, vários insumos passam por grandes aumentos de preço; dentro deste cenário será possível realizar repactuação contratual, a qualquer momento, de forma a promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de acordo com as Leis de Licitações vigentes.
- D) Previsto em edital, as obras e os serviços de engenharia poderão ser iniciados com a apresentação da seguinte documentação em um prazo máximo de trinta dias: ARTs ou RRTs dos responsáveis técnicos pela obra do estado em que se localiza o empreendimento, o certificado de matrícula da obra de construção civil, obtido no Instituto Nacional de Seguro Social e a ordem de serviço da Administração, autorizando o início dos trabalhos.

**53**

**A cidade Alfa realizou a contratação de empresa especializada para implantar o Sistema de Esgotamento Sanitário completo já que em sua infraestrutura não possui nenhum tipo de sistema de esgoto. Por isso, observando os critérios técnicos adequados e convalidados pelo Manual de Orientações Técnicas para Elaboração e Apresentação de Propostas e Projetos para Sistemas de Esgotamento Sanitário – FUNASA, NÃO apresenta corretamente a lista de projetos necessários para a execução do sistema de esgoto:**

- A) Planta geral do sistema; plantas e perfis das redes coletoras; estações elevatórias; bocas de lobo; estação de tratamento de esgoto; e, ligações prediais de esgoto.
- B) Planta geral do sistema; plantas e perfis das redes coletoras; *booster*; plantas e perfis dos emissários; estação de tratamento de esgoto; e, ligações prediais de esgoto.
- C) Planta geral do sistema; plantas e perfis das redes coletoras; estações elevatórias; plantas e perfis dos emissários; estação de tratamento de esgoto; e, ligações prediais de esgoto.
- D) Planta geral do sistema de reservação; plantas e perfis do sistema de distribuição; estações elevatórias; plantas e perfis dos emissários; estação de tratamento de esgoto; e, ligações prediais de esgoto.

54

Como descrito em seu objetivo: as Normas Regulamentadoras (NR) têm o objetivo de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos nas condições de meio ambiente de trabalho. Dentre as mais importantes está a NR 18, que regulamenta as questões relacionadas à segurança e saúde no trabalho na indústria da construção. Considerando o exposto, assinale a alternativa que representa corretamente regulamentação pertinente à NR 18.

- A) Define e autoriza serviços de instalações elétricas a serem realizados por trabalhadores.
- B) Define diretrizes para capacitação específica de segurança e saúde no trabalho em altura.
- C) Define diretrizes para capacitação específica de segurança e saúde no trabalho em espaços confinados.
- D) Define projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho, elaborado por profissional legalmente habilitado.

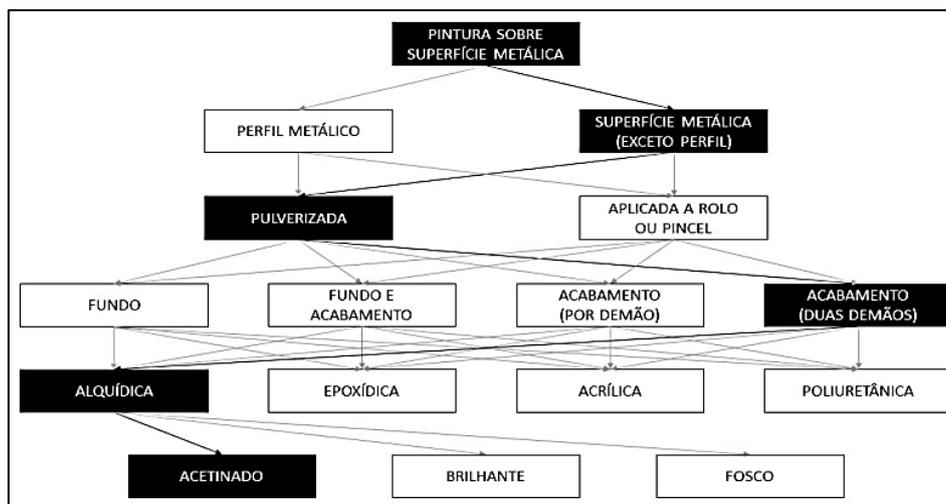
55

Conforme disposto no Manual de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU), Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas, a fiscalização é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. NÃO apresenta responsabilidade do Fiscal de Obras Públicas:

- A) Aprovar medição dos serviços e obras efetivamente executados para fins de pagamento.
- B) Após a execução do contrato, a obra será recebida provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.
- C) Deve-se exigir o cumprimento integral e preciso das normas e dos procedimentos considerados eficazes para garantir a segurança de terceiros.
- D) A fiscalização de obras deverá promover o processo licitatório em todas as suas fases, elaborando, publicando e divulgando o edital de licitação, prestando esclarecimentos aos licitantes, recebendo e analisando as propostas.

56

O caderno técnico do grupo de pintura em superfícies metálicas apresenta 47 composições diferentes. Nele constam os tratamentos de superfícies metálicas com pintura, considerando o preparo da superfície, bem como aplicação de fundo anticorrosivo e de tinta de acabamento. A árvore de fatores é utilizada para representar graficamente todas as variações de composições do SINAPI. Considere a árvore de fatores utilizada no serviço de pintura das estruturas metálicas de edificações no canteiro de obras:



(CAIXA/SINAPI. Cadernos Técnicos do grupo: pintura sobre superfícies metálicas, 2021.)

Assinale a descrição da composição correta da árvore.

- A) Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão).
- B) Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (duas demãos).
- C) Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) aplicada a rolo ou pincel sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão).
- D) Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (duas demãos).

**57**

Um canteiro de obras bem organizado é de fundamental importância para a realização das atividades de construção de forma eficaz e com segurança. A NR 18 trata da segurança e saúde do trabalho na indústria da construção e, ainda, torna obrigatória a elaboração e a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção. No PGR do canteiro de obras, são necessários os seguintes documentos, EXCETO:

- A) Projeto elétrico das instalações temporárias.
- B) Projeto hidráulico e sanitário das instalações temporárias.
- C) Projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho.
- D) Relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e suas respectivas especificações técnicas.

**58**

Embora existam outros métodos que tratam dos custos relativos a encargos sociais complementares, a determinada instituição inclui custos como custo horário alocado diretamente à mão de obra nas composições do SINAPI, conforme metodologia e memória de cálculo. Os custos característicos de encargos complementares são calculados, considerando incidência proporcional a uma hora de trabalho da categoria profissional. Considere o custo de transporte para uma obra fictícia: caso o custo diário estimado seja de R\$ 96,00 e a jornada de trabalho estipulada seja de 7,33 horas (como no SINAPI), tem-se que o custo horário é de R\$ 13,10, pois:

$$\text{Custo horário transporte} = \frac{\text{R\$ } 96,00}{7,33 \text{ horas}} = 13,10 \frac{\text{R\$}}{\text{hora}}.$$

No caso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e ferramentas é considerada também a durabilidade e a frequência de utilização do item a ser contabilizado. Considere a situação hipotética de um EPI, que custa R\$ 108,00 e tenha durabilidade média de um mês (considere que o mês tem 30 dias e 6 dias úteis na semana de 7 dias) e seja utilizado em, aproximadamente, 7 horas/dia correspondendo a 95% do tempo laboral. O custo desse EPI para efeito de cálculo de encargos sociais complementares, em R\$, por hora, é, aproximadamente:

- A) 0,60
- B) 1,80
- C) 2,57
- D) 3,60

**59**

A NBR 14.653 – Parte 1: Procedimentos Gerais (2019) define a Engenharia de Avaliações como o conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de bens por arquitetos ou engenheiros. Sobre os métodos que o profissional da engenharia de avaliações pode usar para identificar o valor de um bem, seus frutos e direitos, segundo o item 7.2 da norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. O método da capitalização de renda identifica o valor do bem, com base na capitalização presente na sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.
- II. O método que identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes é o método evolutivo. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização.
- III. O método comparativo direto de dados de mercado está baseado em modelo de estudos de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem avaliando comparando-o com as condições de mercado.
- IV. As amostras utilizadas pelo método involutivo são mais bem descritas como “amostras acidentais”, que devem possuir a maior representatividade possível em relação a população, independente da não utilização de técnicas tradicionais para a coleta de amostras aleatórias simples, sendo assim viável a aplicação de estatística inferencial.
- V. Na aplicação do método comparativo direto de dados de mercado para a avaliação imobiliária, a natureza dos bens, a indisponibilidade de dados e de suas características, bem como os prazos limitados para concepção da avaliação, podem levar a coletas de amostras que não atendem, na íntegra, aos pressupostos formais das amostras aleatórias simples, exigidos pelos modelos de estatística inferencial. Contudo, pode-se alcançar o máximo de representatividade dessas amostras, considerando tais aspectos, além de especificar claramente as características dos imóveis que compõem a população pesquisada, tomando como referência as características do imóvel avaliado.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e IV.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.

**60**

O SINAPI objetiva a produção de séries mensais de custos e índices de custos da construção civil, em diferentes níveis de agregação técnica e espacial, visando permitir a programação de investimentos e a execução e análise de orçamentos. Sobre as orientações da utilização adequada das composições do SINAPI em orçamentos, constantes nos Cadernos Técnicos de Estrutura de Concreto Armado – Fôrmas de Pilar Circular (2018), Armação para Estruturas de Concreto Armado (2020) e Fôrmas para Estruturas de Concreto Armado (2022), é correto afirmar que:

- A) As composições de armação incluem as composições de corte e dobra do aço em obra (composição auxiliar) ou o insumo aço pré-cortado/dobrado. Dessa forma, o preço do aço não está contemplado nas referências, devendo sua quantificação ter composição a parte e ter um outro item na planilha orçamentária.
- B) A fabricação de fôrmas de madeira está segmentada por tipo de peça (pilar ou estruturas similares, viga e laje), podendo ser em madeira compensada ou serrada, ou substituídas por chapas metálicas. Uma estrutura similar ao pilar seria uma escada, um elemento estrutural que não necessita de escoramento vertical para sustentação.
- C) As composições do grupo fôrmas para estruturas de concreto armado estão divididas em fabricação e montagem e desmontagem. A quantificação da fabricação de fôrmas deve ser feita pela área da superfície da fôrma (m<sup>2</sup>) em contato com o concreto, enquanto que os escoramentos devem ser quantificados pelo comprimento total de garfos ou pontaletes necessários para o escoramento das peças.
- D) A altura do pé direito do pilar é um dos fatores desconsiderado nas composições de serviços que representam a execução de fôrmas de pilares circulares. Constatou-se que a produtividade para execução de pilares simples não difere da produtividade para execução de pilares duplos. O conjunto de composições geradas é formado por composição de montagem de fôrmas (composição principal) e por composições desmontagem e de fabricação (sendo estas composições auxiliares).

**61**

A engenharia de custos é a especialidade que estabelece métodos e técnicas para o estudo de custos de uma obra ou empreendimento, a formação do preço destas intervenções e o controle destes custos durante sua execução. A orçamentação é uma das atividades inerentes ao engenheiro, que busca alcançar a estimativa de custos antes que se transformem em despesas, sendo necessário, após isso, acompanhá-los e gerenciá-los à medida que ocorrem. Segundo o SINAPI – Metodologias e Conceitos (2020), sobre a classificação dos orçamentos por grau de detalhamento, finalidade e apresentação de informações, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Analítico.
- 2. Contratual.
- 3. Discriminado.
- 4. Gerencial.
- 5. Preliminar.
- 6. Sintético.

- ( ) Considerando o grau de detalhamento, pressupõe o levantamento de quantidades dos serviços mais expressivos e requer pesquisa de preços dos principais insumos.
- ( ) Em relação à apresentação de informações, mostra os custos de uma obra agrupando serviços por macroitens ou por etapas (infraestrutura, superestrutura, vedações, canteiro etc.).
- ( ) Quanto à finalidade, se baseiam nos estudos técnicos preliminares elaborados nas etapas iniciais do projeto da obra, amparando decisões sobre o que se planeja executar, em determinada época e local.
- ( ) Quanto à apresentação de informações, dá a visão detalhada de macro itens ou etapas ao detalhar quantitativos e custos unitários de cada serviço a ser executado, além das parcelas referentes aos custos indiretos.
- ( ) Considerando o grau de detalhamento, é feito a partir de especificações detalhadas, composições de custo específicas e pesquisa de preços dos insumos. Procura chegar a um valor bem próximo do custo “real”, com reduzida margem de incerteza.
- ( ) Em relação à finalidade, são os que sustentam as ações de execução. Podem ser balizados no anteprojeto, projeto básico, executivo ou no *as built* e confeccionados após decisão gerencial inicial. Precisam ser documentos suficientes para embasar a efetiva execução, além de estar associados a critérios de medição, cadernos de encargos ou especificações construtivas.

**A sequência está correta em**

- A) 5, 6, 4, 1, 3, 2.
- B) 2, 5, 6, 3, 1, 4.
- C) 5, 6, 2, 4, 3, 1.
- D) 6, 5, 4, 3, 1, 2.

62

A estaca-raiz, segundo a ABNT NBR 6122 (2019), é uma estaca moldada *in loco*, em que a perfuração é revestida integralmente, em solo, por meio de segmentos de tubos metálicos (revestimento) que vão sendo rosqueados à medida que a perfuração é executada, sendo esses recuperados durante a injeção da argamassa. Sobre a execução de estacas-raiz e as composições analíticas dos serviços da estaca e da argamassa, considere as informações a seguir.

- A perfuração em solo é executada por meio da rotação do revestimento e circulação direta de água injetada no seu interior.
- No trecho de matacão ou rocha é utilizado um martelo de fundo apropriado para perfuração em rocha, que segue por dentro do revestimento.
- A estaca-raiz é armada em todo o seu comprimento e a perfuração é preenchida por uma argamassa de cimento e areia.

1. COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE SERVIÇO

Código / Seq.	Descrição da Composição	Unidade
01.SEDI.ARG.137/01	ARGAMASSA TRAÇO 1:1,93 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), FCK 20 MPA, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DUPLO HORIZONTAL DE ALTA TURBULÊNCIA. AF_03/2020	M3
Código SIPCI		
95563		
Vigência: 03/2020		Última Atualização: 03/2020

( SINAPI, 2020/2021)

Sobre a execução das estacas-raiz, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Argamassa traço 1:1,93 (em volume de cimento e areia média úmida), fck de 20 Mpa, pode ser empregada no preenchimento da estaca.
- B) Um conjunto de tubos de aço segmentados, com rosca com diâmetro nominal de 400 mm, pode ser utilizado na perfuração desse solo e rocha.
- C) Após atingir a cota de projeto, deve-se injetar golpes de água dentro da estaca, sem avançar a perfuração, para promover a limpeza interna do tubo.
- D) A introdução do tubo de injeção deve ser feita até o final da perfuração onde se injeta a argamassa de baixo para cima, até que extravase pela boca do tubo de revestimento, garantindo que a água ou a lama de perfuração sejam substituídas pela argamassa.

63

A Resolução nº 1.094/2017 dispõe sobre a adoção do Livro de Ordem de obras e serviços das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA. O Art. 2º determina que o Livro de Ordem constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e servirá de subsídio para: I – comprovar autoria de trabalhos; II – garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; III – dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa à obra; IV – avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; e, V – eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. Sobre o Livro de Ordem, considerando a gestão e o controle de obras, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma obra ou empreendimento poderá contar apenas com um Livro de Ordem em que todos os responsáveis técnicos, cujas atividades técnicas tenham obrigatoriedade de registro para emissão da Certidão de Acervo Técnico (CAT), deverão rubricá-lo.
- B) Diário de Obras, Boletim Diário, Livro de Ocorrências Diárias, Cadernetas de Obras etc., sejam estes físicos ou eletrônicos, em uso pelas empresas privadas, órgãos públicos ou autônomos, não poderão ser admitidos como Livro de Ordem, embora atendam à resolução em questão, dada as divergências da forma de apresentação do termo de abertura e fichas de andamento das etapas.
- C) O Livro de Ordem deverá conter o registro, a cargo do responsável técnico, de todas as ocorrências relevantes do empreendimento, como as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço e as datas de início e de conclusão de cada etapa programada; porém, a data de encerramento do livro de ordem pode ser anterior à data de solicitação da baixa, seja por conclusão do empreendimento, por distrato, ou por outro motivo cabível.
- D) Considerando que os instrumentos tradicionais de fiscalização verificam a autoria dos projetos e a existência de responsável técnico pelas obras e serviços, mas não conseguem verificar o efetivo acompanhamento do profissional, o Livro de Ordem tem como um dos seus objetivos confirmar, juntamente com a ART, a efetiva participação do profissional na execução dos trabalhos da obra ou serviço, de modo a permitir a verificação da medida dessa participação, inclusive, para a expedição da Certidão de Acervo Técnico (CAT).

64

Um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é um conjunto de processos que visa garantir a satisfação dos clientes, de forma alinhada aos objetivos e propósitos da organização. Na construção civil, um sistema de gestão da qualidade garante que os materiais utilizados e as técnicas aplicadas nas obras estejam dentro das normas padrões e que sigam os requisitos pré-estabelecidos no planejamento. O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do *Habitat* (PBQP-H) tem como finalidade geral apoiar a modernização do setor da construção habitacional e promover a qualidade e a produtividade de todos os elos da cadeia produtiva, aumentando, assim, a competitividade de bens e serviços por eles produzidos. O PBQP-H é composto por três sistemas de adesão voluntária: Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT); Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); e, Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC). Sobre os sistemas de qualidade na construção civil citados, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O principal objetivo do SiMaC é o combate a não conformidade às normas técnicas da ABNT na fabricação, importação e distribuição de materiais, componentes e sistemas construtivos para a construção civil.
- ( ) O SiAC é um sistema de certificação de gestão da qualidade voltado, exclusivamente, para construtoras; é pré-requisito para aquelas que querem construir unidades habitacionais com verba do governo federal.
- ( ) O SiNAT avalia se os sistemas convencionais estão em conformidade com a Norma de Desempenho. Também atesta se sistemas e componentes inovadores podem ser utilizados em empreendimentos habitacionais.
- ( ) O SiMaC não está pautado no atendimento às políticas do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO voltadas para as atividades de avaliação da conformidade e da normalização, mas, sim, apenas nas normas da ABNT.
- ( ) O SiAC foca na otimização dos processos de execução de obras, seus requisitos, além de exigirem o aperfeiçoamento da rotina administrativa; abrangem, também, questões específicas da construção civil, como o cumprimento da Norma de Desempenho – ABNT NBR 15575, que traz uma série de exigências para cada elemento da construção.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F, V.  
B) V, V, F, F, V.  
C) F, F, V, V, F.  
D) F, V, V, F, V.

65

Um orçamento pode ser definido como identificação, descrição, quantificação, análise e valoração de mão de obra, equipamentos, materiais, custos financeiros, custos administrativos, impostos, riscos e margem de lucro desejada para adequada previsão do preço final de um empreendimento. Considere a seguinte situação e dados hipotéticos:

Durante a análise de uma documentação técnica para a construção de casas populares moduladas com área de 37,5 m<sup>2</sup>, o engenheiro ficou em dúvida sobre o quantitativo apresentado na planilha orçamentária e memória de cálculo, em relação à alvenaria e cobertura, e verificou a necessidade de conferir os seguintes itens:

- 100 m<sup>2</sup> de alvenaria 1 vez de blocos cerâmicos 9 x 19 x 19 cm, assentados com argamassa de cimento, cal e areia, traço 1:0, 5:8 com espessura de 10 mm.
- 50 m<sup>2</sup> de cobertura com telhas cerâmicas francesas, inclusive madeiramento (apoio em paredes, sem tesoura) tratado c/ cupimicida, cumieira, cordão de arremate dos beirais e última fiada argamassada com cimento, cal e areia 1:2:8.

As informações complementares disponíveis:

- Inclinação do telhado de 45% com fator de correção de inclinação igual a 1,097; as telhas francesas têm consumo de 16 telhas/m<sup>2</sup>; deve-se considerar 10% de perdas com quebra e reposição.
- Para os blocos de dimensões de 9 x 19 x 19cm (largura, altura e comprimento, respectivamente), a alvenaria é de 1 vez (blocos deitados); deve ser considerado um percentual de 5% devido à quebra.

O quantitativo correto e necessário de telhas francesas e blocos cerâmicos para a construção de dez casas populares é: (Considere arredondamento para o próximo número inteiro.)

- A) 8.776 telhas e 37.500 blocos  
B) 9.215 telhas e 12.469 blocos  
C) 9.654 telhas e 52.500 blocos  
D) 10.961 telhas e 26.925 blocos

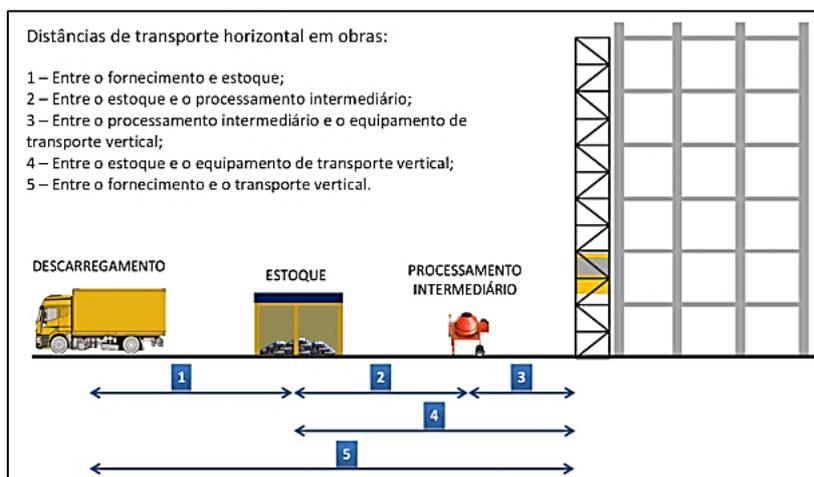
66

É importante que o engenheiro de obras saiba que não é objetivo do SINAPI ter todas as referências técnicas (composições e insumos) necessárias à realização de obras urbanas, mas aquelas consideradas mais relevantes e recorrentes. As demonstrações de uso do SINAPI pressupõem uma situação hipotética, não sendo possível quantificar todos os serviços que um caso concreto requer. Dessa forma, é necessário observar as especificações descritas nas fichas técnicas de cada projeto. São itens que, de forma geral, NÃO estão incluídos nas referências técnicas do SINAPI:

- A) Elaboração de projetos e serviços topográficos; mobilização e desmobilização de canteiro; jardins; remoção de material relativo à escavação do terreno e remoção de entulho; ligações definitivas de água, energia elétrica; serviços para adequação do projeto às leis e normas de acessibilidade; administração local; BDI; e, taxas e emolumentos.
- B) Limpeza do terreno e locação de obra; ligações provisórias e definitivas de água, energia elétrica e esgoto sanitário (fossa/sumidouro); elaboração de projetos e serviços topográficos; mobilização e desmobilização de canteiro; cavalete e hidrômetro; jardins; complementações (como gradis, corrimãos); administração local; BDI; e, taxas e emolumentos.
- C) Ligações provisórias de água e energia elétrica; paredes e painéis em alvenaria estrutural; estruturas em concreto protendido; mobilização e desmobilização de canteiro; cavalete e hidrômetro; muros; arrimos; remoção de material relativo à escavação do terreno e remoção de entulho; instalações especiais (abastecimento de gás e sistemas de prevenção e combate a incêndio); e, BDI.
- D) Limpeza do terreno; ligações provisórias de água e energia elétrica; elaboração de projetos e serviços topográficos; mobilização e desmobilização de canteiro; cavalete e hidrômetro; jardins; muros; arrimos; remoção de material relativo à escavação do terreno e remoção de entulho; serviços para adequação do projeto às leis e normas de acessibilidade; e, instalações especiais (abastecimento de gás e sistemas de prevenção e combate a incêndio).

67

A aferição das composições do SINAPI procura apropriar em cada etapa do serviço os recursos necessários para sua realização. Com este objetivo, as composições são classificadas em: principais, auxiliares, de custo horário de equipamentos, de custo horário de mão de obra, de transportes, combinações e kits, composições representativas e composições por ponto. As composições de transportes de materiais dentro do canteiro de obras foram criadas para representar o esforço da mão de obra e dos equipamentos necessários ao transporte de materiais dentro do canteiro de obras. A imagem ilustra a distância de transporte horizontal em um canteiro de obras; observe:



(Distâncias de Transporte Horizontal em Obras. Livro SINAPI, 2020.)

Considerando as corretas composições e o uso preferencial de composições auxiliares evitando, assim, a utilização autônoma do orçamentista sobre o custo de transporte de materiais em canteiro de obras, assinale a afirmativa correta.

- A) As composições de transporte devem ser utilizadas para quaisquer distâncias, independente do esforço para distâncias inferiores a 15 m estar contemplado na composição principal, não sobrepondo os serviços.
- B) Para a correta quantificação das composições de transporte, a distância a ser apropriada para uso da composição se refere ao trajeto de ida e volta (carregado e vazio). O transporte horizontal no pavimento de execução também deve ser considerado nessa composição.
- C) Embora o arranjo do canteiro permita várias formas de transporte horizontal, as composições de transporte horizontal manual devem ser utilizadas, preferencialmente, dado o baixo custo quando comparadas as com as de uso de carrinhos de mão ou plataforma e a não limitação de distâncias.
- D) Nos coeficientes das composições do SINAPI, estão considerados os esforços do ciclo de transporte (carregamento, ida, descarregamento e volta) e as improdutividades decorrentes da ociosidade inerente ao ciclo de transporte (espera pela movimentação vertical e das paradas na inicialização, finalização e almoço).

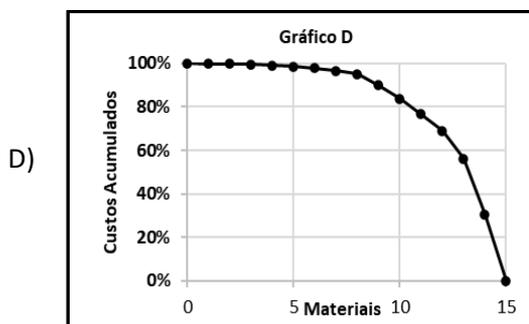
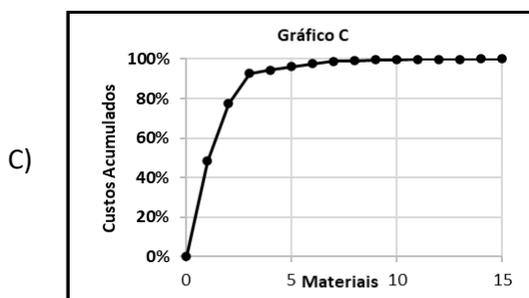
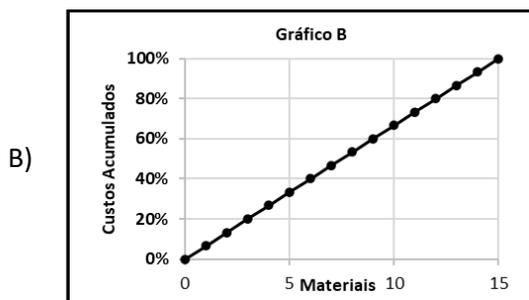
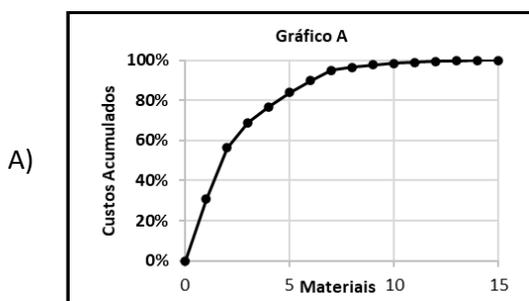
68

A curva ABC tem sido empregada para a administração de estoques de materiais, definição de políticas de vendas de empreendimentos, estabelecimento de prioridades, bem como uma série de outros problemas usuais nas empresas. A tabela apresenta dados de alguns dos materiais que serão utilizados para a construção de um condomínio com 973 unidades residenciais populares; observe:

Fornecedor	Material	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
Lajinha	Laje pré-moldada	m <sup>2</sup>	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
A Casa é nossa	Viga de Travamento	m	40	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00
A Casa é nossa	Verga e Contra-verga	m	14	R\$ 200,00	R\$ 2.800,00
Sobradinho	Telhas Cerâmicas (tipo PLAN)	m <sup>2</sup>	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
A Casa é nossa	Viga Baldrame	m	40	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
Pé na Areia	Aterro	m <sup>3</sup>	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
Pau Brasil	Porta de Madeira Almofadada	m <sup>2</sup>	4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
Pau Brasil	Porta de Madeira Compensada Lisa	m <sup>2</sup>	4	R\$ 150,00	R\$ 600,00
Pau Brasil	Janela de Abrir (2 folhas, de madeira)	m <sup>2</sup>	4	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
Pau Brasil	Báscula de Madeira	m <sup>2</sup>	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
A Casa é nossa	Eletroduto PVC 32mm	m	60	R\$ 3,00	R\$ 180,00
Dedo na Tomada	Quadro de Distribuição	un	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Dedo na Tomada	Interruptor (1 tecla conjugado 1 tomada)	un	6	R\$ 14,00	R\$ 84,00
Dedo na Tomada	Disjuntor Monofásico 20A	un	3	R\$ 12,00	R\$ 36,00
Dedo na Tomada	Fio de Cobre 2,5mm <sup>2</sup>	m	150	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00

(Dados fictícios para uma unidade residencial.)

Com base nos dados apresentados, o gráfico que representa a correta classificação ABC é:

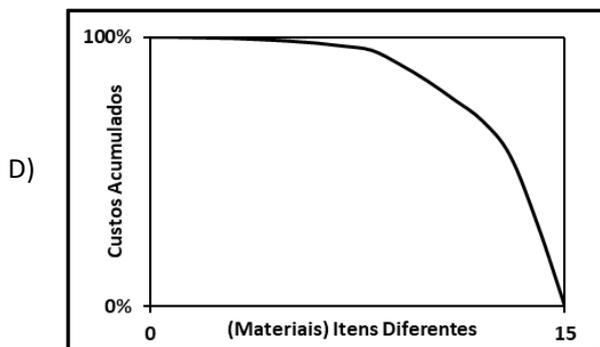
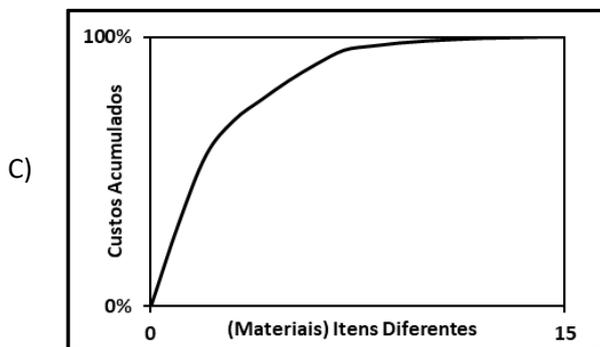
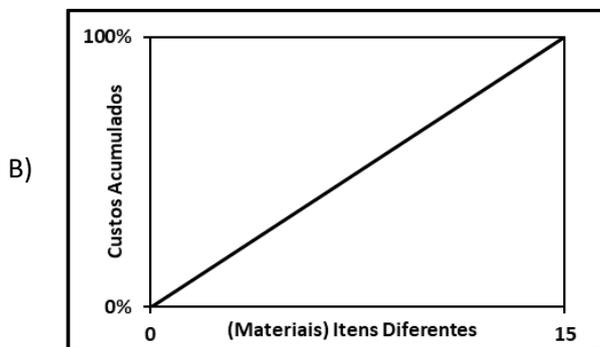
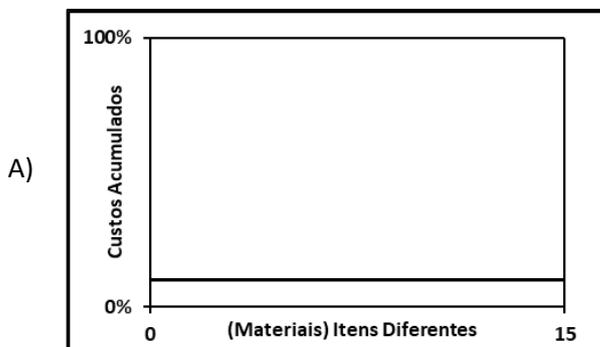


69

As empresas de construção civil costumam manter uma quantidade significativa de itens em estoque nos canteiros de obras. Em épocas passadas, sem as tecnologias de informação e comunicação disponíveis e sem o uso de computadores como se tem atualmente, um dos grandes entraves da gestão era a escassez de tempo e de mão de obra para a tomada de decisões e controle dos diversos itens em estoque. As revisões periódicas de estoque e a concentração de esforços nos itens de maior importância foram ferramentas importantes de gestão da época, permanecendo, até hoje, como boas práticas no controle de estoque.

(Lustosa, 2008.)

A curva ABC é uma das formas mais comuns de controlar e analisar um estoque. Analise os gráficos, nos quais o eixo das abscissas representa a quantidade materiais de construção (itens diferentes) existentes em uma obra, e o eixo das ordenadas, seus custos totais acumulados. Qual dos gráficos representa a menor (ou nenhuma) concentração de custos em uma classificação ABC?



70

A tabela 1 apresenta um cronograma físico parcial das etapas mensais de execução de determinada obra pública, na qual cada espaço de tempo representado significa etapa com realização (verificada por medição) e desembolso financeiro igual. A tabela 2 apresenta os custos semanais com serviços alocados em cada etapa. Considere que o custo total da obra é igual a R\$ 709.000,00.

Tabela 1 - Cronograma físico de etapas da obra

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
Etapa 1	■				
Etapa 2		■	■		
Etapa 3			■	■	■
Etapa 4					■

\*cada mês possui hipoteticamente exatas 4 semanas.

Tabela 2 - Custos semanais com serviços alocados em cada etapa

Serviço	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)	Etapa de Alocação
S1	m <sup>2</sup>	300	20,00	6.000,00	Etapa 3
S2	m <sup>2</sup>	40	200,00	8.000,00	Etapa 4
S3	Un	10	1.000,00	10.000,00	Etapa 2
S4	m <sup>2</sup>	100	500,00	50.000,00	Etapa 3
S5	m <sup>3</sup>	10	200,00	2.000,00	Etapa 1
S6	m <sup>2</sup>	100	30,00	3.000,00	Etapa 2
S7	Un	1	4.000,00	4.000,00	Etapa 1

Obs: Dados fictícios.

Sobre planejamento, fiscalização e medição de obra, a partir das informações apresentadas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O primeiro e o quinto mês apresentam desembolsos mensais iguais.
- II. O desembolso acumulado no final do primeiro mês foi de, aproximadamente, 6% do total da obra.
- III. Realizada a medição no terceiro mês da obra, o valor mensal desembolsado é de R\$ 237.000,00.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

### ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**DISCURSIVA/REDAÇÃO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manusear em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

<b>Aspectos Avaliados</b>	<b>Total de Pontos</b>	<b>Critérios de Avaliação</b>
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
<b>Valor total da Prova</b>		<b>20 pontos</b>

**Texto I**

Normalmente, as definições presentes em documentos oficiais ou legislações que tratam de violência obstétrica – mesmo que não utilizando este termo específico – não são limitadoras. Não existe uma lista fixa de procedimentos ou situações que são condenadas ou proibidas. As definições existentes são construídas com termos mais subjetivos como “abuso”, “desrespeito”, “atendimento de qualidade”, entre outros. Algumas organizações ou meios de comunicação procuram divulgar situações mais comuns que acontecem com mulheres para que fique mais fácil que outras mulheres identifiquem se passaram por uma experiência de violência obstétrica.

(Mariana Jansen. Disponível em: [https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQMyOJrGcxWHqrReQ7SzhWBN4yLj3HPD1GPtLZzwxQAgUECKSFs9Q8BoCGK4QAvD\\_BwE.](https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQMyOJrGcxWHqrReQ7SzhWBN4yLj3HPD1GPtLZzwxQAgUECKSFs9Q8BoCGK4QAvD_BwE.))

Texto II

**Sinais**

Veja quais são os tipos de violência obstétrica

**VIOLÊNCIA VERBAL, FÍSICA, MORAL E PSICOLÓGICA**

Um exemplo de violência física: episiotomia de rotina e sem consentimento, popularmente conhecida como "Pic", no períneo da mulher. Nesse caso, é considerado uma mutilação genital, crime de lesão corporal.

**RESTRIÇÃO DE DIREITOS**

Proibir ou limitar o exercício ao direito do acompanhante é um dos exemplos recorrentes. Toda gestante tem direito de ter um acompanhante, mesmo durante a pandemia, pois o acompanhante integra como parte do processo operacional básico de assistência ao parto, conforme legislação brasileira, recomendação do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.



(Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/uma-a-cada-quatro-m%C3%A3es%C3%A9v%C3%ADtima-de-viol%C3%Aancia-obst%C3%A9trica-em-goi%C3%A1s-1.2361819>.)

Texto III

A violência obstétrica contribui para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país. Toda mulher tem o direito de ser protagonista na hora do parto e ter autonomia total sobre seu próprio corpo, tendo suas vontades e necessidades respeitadas.

(Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-obstetrica/>.)

Texto IV

Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância.”

(Artigo 12, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher.)

Texto V

Organização Mundial de Saúde

hrp.

**Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**

Declaração da OMS

Toda mulher tem direito ao melhor padrão atingível de saúde, o qual inclui o direito a um cuidado de saúde digno e respeitoso.



photo: UNICEF

No mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação. Esta declaração convoca maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos.

(Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO\\_RHR\\_14.23\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf).)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**“Combate à violência obstétrica, uma questão de proteção à vida.”**

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## INSTRUÇÕES

É **facultativo** o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais ao ingressar e sair de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, demais procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 70 (setenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos, e uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva). O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinada no local indicado.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se ausentar do local de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de sua aplicação. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

## RESULTADOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso, contra: as questões da prova objetiva de múltipla escolha e os gabaritos preliminares.
- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da Consulplan [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net), no *link* correspondente ao objeto do recurso.